



A (inter)relação terra-poder: uma abordagem teórica sobre o controle dos corpos da comunidade LGBTQIAPN+ e a colonização territorial

The land-power (inter)relationship: a theoretical approach to the control of the bodies of the LGBTQIAPN+ community and land colonization in Brazil

¹FREIRE, Alan A. A.; ASSUNÇÃO, Pedro H. A.²; LIZANA, Giovana³

¹ Universidade de Brasília (UnB/FUP) — Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), freire.sjm@gmail.com; ² Instituto Federal de Brasília (Campus São Sebastião), pedroohenri20@gmail.com; ³ Universidade de Brasília (UnB/FUP) — Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), giovanarsl@gmail.com.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático:

Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

Resumo: Este trabalho teve como objetivo principal é fomentar relações entre a cisheteronormatividade e o modelo de monocultura do agronegócio, evidenciando a importância da diversidade cultural no campo ambiental e social. Pôde-se perceber, portanto, por meio da pesquisa bibliográfica, que a imposição da heteronormatividade não se divorcia da colonização da terra. A discussão teórico-metodológica deste texto abordou, sobretudo, a violência das monoculturas não só no contexto ambiental, mas também no plano simbólico, reproduzindo a escassez cultural e o apagamento da diversidade. A conclusão ressalta a vulnerabilidade dos agroecossistemas e dos corpos diante das monoculturas, que levam à perseguição, violência e invisibilidade.

Palavras-chave: sistema de monocultura; exploração; agroecologia; cisheteronormatividade; sexualidades.

Introdução

Interessa dizer, antes de mais nada, que este trabalho se ancora em referenciais teóricos que abordam, sobretudo, aproximações entre a monocultura e o controle dos corpos da comunidade LGBTQIAPN+. Dito isso, o objetivo deste texto é traçar relações entre a cisheteronormatividade, fundamentada pela cosmovisão cristã monoteísta, e o modelo de monocultura do agronegócio. Isto posto, esta pesquisa reforça diálogos entre o campo da agroecologia e os estudos contracoloniais, considerando as perspectivas que advogam pela diversidade cultural, seja no campo ambiental, seja no âmbito social.

A perspectiva aplicada neste texto se finca nas contribuições de Fernandes (2019), que faz um percurso histórico sobre a colonização das sexualidades dos povos indígenas no Brasil. O autor destaca que a sexualidade é de suma importância para compreender a colonização dos corpos — esta, por sua vez, não se restringe ao



sexo, mas reverbera discursos e práticas dominantes na vida política, social, econômica e afetiva dos sujeitos.

Moita-Lopes *et al.* (2022), em “Estudos *queer* em linguística aplicada INdisciplinar: gênero, sexualidade, raça e classe”, ressaltam que há uma matriz artificial da heterossexualidade, isto é, foi criada e implementada por forças sociais. Os pesquisadores reforçam que, se essa matriz fosse orgânica, não haveria tanto esforço, por parte de algumas instituições sociais, como a igreja, família e escola, de domesticar os corpos ao sistema dominante.

Para isso, é significativo entender o conceito de “sistemas de monocultura”, elaborado por Núñez (2021a, 2021b), a saber: a monocultura da fé (fundamentalismo e monoteísmo cristão); a monocultura da sexualidade (cisheteronormatividade); a monocultura da terra (colonização da terra). Essa teoria está a favor da não diversidade cultural, isto é, apenas uma forma de fé é validada, somente uma forma de afeto é legítima e, além disso, só uma forma de plantio é admitida.

Esse sistema de monocultura, cabe ressaltar, faz parte do projeto colonial. Essas estruturas de dominação não se divorciam, mas trabalham contínua e mutuamente pela domesticação dos corpos, pela marginalização da diversidade e pelo privilégio de poucos, exclusivamente dos homens, brancos, héteros, cisgêneros e cristãos. Nesse cenário, trabalham em conjunto diferentes formas de coerção que se sustentam e se alimentam. É, pois, um sistema organizado que está a serviço da opressão.

No campo agrário, dentre os problemas trazidos pelas monoculturas, estão: perda de biodiversidade; priorização da produção de *commodities* sobre a segurança e soberania alimentar; concentração fundiária; êxodo rural; dependência de empresas estrangeiras; erosão genética, erosão de saberes e patrimônios bioculturais. A biodiversidade ameaçada pela monocultura é condição essencial da Agroecologia e do equilíbrio ambiental.

Assim que o solo fica exaurido, um inseto, fungo ou planta espontânea se disseminam e encontram ali naquela monocultura condições ideais de se espalharem. O estrago está feito. Toda monocultura é inerentemente mais vulnerável que sistemas biodiversos, pois a uniformidade implica a ausência da variabilidade genética, presente na natureza, que faria algumas plantas da cultura sucumbirem e outras não; cultivos inteiros são perdidos assim (MACHADO, 2017).

Além destas consequências ambientais dos sistemas de monocultura, no plano simbólico, a física e ambientalista indiana Vandana Shiva alerta para os perigos das “monoculturas da mente”, conceito que reverbera no pensamento, no Brasil, de Geni Núñez, indígena Guarani, ativista, doutora e psicóloga, e Nego Bispo, quilombola, agricultor, mestre e intelectual contracolonial. A colonização imprimiu um sentido de apagamento dos povos que replica a monocultura para além de uma forma de



cultivo; as monoculturas representam também uma escassez cultural, uma tentativa forçada de homogeneização dos corpos e espíritos, uma aniquilação da diversidade.

O diálogo de saberes é um princípio ético e epistemológico de bastante relevância dentro da Agroecologia. Na 1ª Marcha e 1º Fórum das Mulheres Indígenas, ocorrida em Brasília, em 2019, o tema foi: “Território: Nosso corpo, nosso espírito”. Esta frase expressa a relação indissociável que as mulheres originárias têm com a defesa de seu corpo-território: não há território saudável e livre com corpos oprimidos, adoecidos ou perseguidos, assim como não há corpos saudáveis com territórios ameaçados. Sônia Guajajara declara no documentário, de 2015, “Índio Cidadão?” o seguinte:

Nós temos uma relação muito próxima, espiritual, com a terra, com os nossos ancestrais. Nós não negociamos direitos territoriais, porque a terra para nós representa a nossa vida [...] A terra é mãe, e mãe não se vende, não se negocia, mãe se cuida, mãe se defende, mãe se protege.

Também se percebe esta indissociabilidade corpo-território no doloroso apelo de Aldira Akai Munduruku, cineasta indígena, durante o evento Climate Story Lab Amazonia, em Manaus, 26 de novembro de 2021: “A gente não quer ter mais filhos, porque temos mercúrio no sangue. Nós estamos contaminadas!” (INSTITUTO CATITU, 2021).

A colonização e as colonialidades residuais se expressam em uma miríade de maneiras que escapam das margens deste trabalho. A separação de corpo e mente ou corpo e território são imbuídas de um senso cartesiano de segmentação das categorias que contraria a forma como diversos povos e comunidades tradicionais pensam as relações entre seres humanos e não humanos. Ressaltamos que o termo “povos tradicionais” implica reconhecer que são povos com ancestralidade e legado, e não findos ou parados no passado. Indígenas, quilombolas, ciganos, pescadores artesanais, dentre tantos outros, não são imagens estáticas em livros de História: estão defendendo seus territórios hoje, utilizando câmeras de celular, redes sociais, diplomas universitários, denunciando internacionalmente as ameaças que, embora revestidas de particularidades, frequentemente se repetem mineração, agronegócio, hidronegócio, agrotóxicos e racismo.

Metodologia

Para atender aos objetivos propostos, foram realizadas pesquisas bibliográficas com base, sobretudo, em Fernandes (2019) e Núñez (2021a, 2021b). O primeiro analisa que a colonização das sexualidades, das indígenas sobretudo, é compreendida de forma complexa e ampla, isto é, no processo de aculturação a que as comunidades indígenas foram submetidas. Essa análise não distancia de classe, raça e sexualidades, mas as compreendem como constitutivas e constituintes de relações sociopolíticas construídas e legitimadas por um sistema de poder



enraizado em hierarquias e dominações. A segunda enfatiza que a monocultura do pensamento é uma prática de violência implementada desde o Brasil Colônia. Sendo estratégias de coerção social, essas monoculturas buscam o controle e encaixamento dos sujeitos sociais em molduras. A contribuição deste trabalho é analisar um paralelo entre a colonização e exploração da terra e a colonização dos corpos e da sexualidade.

Resultados e Discussão

A abordagem crítica estabelecida neste estudo partiu do conceito de “sistemas de monocultura”, de Núñez (2021a, 2021b). Isso porque a imposição da heterossexualidade, advinda do processo de colonização eurocêntrico, é legitimada em narrativas fundamentalistas sustentadas por “pressupostos científicos, teológicos, sociais e culturais e a partir de dispositivos articulados aos discursos e práticas religiosas, civilizatórias, acadêmicas e/ou políticas.” (FERNANDES, 2019, p.142). Esse processo de colonização, cabe mencionar, resulta no controle não só dos corpos, mas também da terra.

Essa colonização da terra fica evidente quando Santos (2015, p.54), em “Colonização, Quilombos: modos e significações” relata que a população do campo passou a ser chamada de urbana com base em um processo de imposição. O autor denuncia que os colonizadores desconsideravam as autodenominações culturais dessas populações com a finalidade de “impor uma denominação exógena e generalizada, a de população urbana.” Cabe mencionar que esta contribuição se relaciona, de maneira direta, com o conceito de “sistemas de monocultura”, elaborado por Núñez (2021a, 2021b), sobretudo quando a autora evidencia que a monocultura, neste caso, ultrapassa os limites da agricultura.

Nesse cenário, Ornelas (2021, p.96) ressalta serem simultaneamente impostas a prática da monocultura da agricultura “pelo modelo de produção industrial do agronegócio” e “a padronização da moral a partir do modelo binário e hegemônico da família cristã”. Desse processo resultam: imposição de comportamentos cisheteronormativos, colonização dos corpos por meio de discursos e práticas machistas, sexistas e LGBTQIAPN+fóbicas e padronização de modos de viver/ser, exclusão, marginalização e invisibilidade de sujeitos sociais que se identificam com outras identidades e orientações sexuais.

Para tanto, o trabalho se apoiou em uma perspectiva fundamentada em uma análise da colonização dos corpos e sexualidades com a finalidade de explicar as relações com a colonização territorial. A identificação e o afrontamento do sistema monocultural é de extrema importância para o combate à LGBTQIAPN+fobia, o etnocídio e outras diversas formas de opressão intrínsecas à colonialidade. Dessa forma, mostra-se relevante a compreensão da domesticação e controle dos corpos e sua relação com a colonização e imposição de poder sobre a terra.



Conclusões

Se as monoculturas são criações artificiais que, por meio da homogeneização forçada, vulnerabilizam os agroecossistemas, aniquilando particularidades em nome de uma alegada produtividade, quais as consequências que nossos povos enfrentam há 500 anos de monoculturas da sexualidade e da fé? Se não há monocultura sem uso massivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, resultando em alimentos cuja biodisponibilidade de nutrientes é mais baixa que em um cultivo agroecológico — como recordou Ana Primavesi (2016) quando intitulou um dos seus livros de “[...] solo sadio, planta sadia, ser humano sadio” —, talvez a sociedade só sobreviva às monoculturas em virtude de perseguição, violências e extermínio dos corpos que valem menos nas lógicas da colonialidade remanescente que estabelecem “o jeito certo” de viver a sexualidade, a afetividade e a identidade de gênero (heterossexual e cisgênero) e o “jeito certo” de professar a fé (cristianismo monoteísta, preferencialmente católico ou neopentecostal, pois a Umbanda, por exemplo, tem inúmeros elementos cristãos, mas não possui o poder político que a “Bancada da Bíblia” tem).

A crise do paradigma dominante de ciência se relaciona com o reconhecimento de que o conhecimento científico está intimamente ligado às relações de colonialismo, observadas também na dominação epistemológica. É premente a adoção de uma prática científica solidária, preocupada com a destinação social do conhecimento que produz (CARNEIRO *et al.*, 2015).

Referências bibliográficas

CARNEIRO, F.; AUGUSTO, L.; RIGOTTO, R.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. (Orgs.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, Estevão R. **“Existe Índio Gay?” A Colonização das sexualidades indígenas no Brasil**. 2ª edição. Curitiba. Editora Brazil Publishing. 2019, 210 p.

Documento final Marcha das Mulheres Indígenas: **“Território: nosso corpo, nosso espírito”**. Brasília — DF, 09 a 14 de agosto 2019. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/documento-final-marcha-das-mulheres-indigenas-territorio-nosso-corpo-nosso-espírito/> Acesso: 10 jul. 2023

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

INSTITUTO CATITU, 26 nov. 2021, Instagram: @institutocatitu. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CWwZlJBvQ-y/?igshid=NjlwNzlyMDk2Mg%3D%3D> . Acesso: 10 jul, 2023.



MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. **A dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MOITA-LOPES, L. P. et al. **Estudos queer em Linguística Aplicada Indisciplinar. Gênero, sexualidade, raça e classe social.** Parábola, 2022, 272 p.

NÚÑEZ, Geni. **Da cor da terra: etnocídio e resistência indígena.** Revista Teoria & Cultura, Rio de Janeiro, Edição especial, 2021a.

NÚÑEZ, Geni. **Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário.** ClimaCom—Diante dos Negacionismos, Campinas, ano, v. 8. 2021b.

ORNELAS, Gabriel Mattos. **Se há LGBTfobia não há agroecologia: coletivos de juventudes LGBTQIAP+ e processos educativos sobre diversidade afetiva, sexual e de gênero.** ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação, v. 3, n. 2, p. 96, 2021.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significados.** Brasília. INCTI/UnB, p. 54, 2015.